



Relatório e Contas

1º Semestre 2017

INTRODUÇÃO

A Empresa Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, E.M, S.A tem por objeto social promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho. O objeto social compreende o exercício das seguintes atividades:

- a) Construção de equipamentos e infraestruturas;
- b) Desenvolvimento de iniciativas de animação turística no concelho de Cascais;
- c) Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;
- d) Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:
 - 1. Centro de Congressos;
 - 2. Feira do Artesanato;
 - 3. Hipódromo Manuel Possolo;
 - 4. Fortaleza da Cidadela da Cascais;
 - 5. Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade;
- e) Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

A sociedade tem ainda por objeto a fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, e desportivo do Concelho de Cascais.

A sociedade poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer atividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

Compreendem-se ainda no objeto da Empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

A 19 de Junho de 2017 em Assembleia Geral foi aceite a renúncia apresentada pelo Senhor João Manuel Ribeira da Fonseca ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 11 de Maio de 2017.

Na mesma Assembleia Geral foi aceite a proposta do Município de Cascais para a nomeação do Senhor Leonardo Bandeira de Melo Mathias para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração não executivo, para o mandato em curso, com término a 31 de Dezembro de 2017, mantendo os termos e condições aprovados para o seu antecessor.

Ficando assim o Conselho de Administração com os seguintes elementos:

Presidente: Leonardo Mathias

Administrador: Bernardo Correa de Barros

Administrador: Filipe Nascimento

AERÓDROMO MUNICIPAL DE CASCAIS



O plano preconizado para o Aeródromo Municipal de Cascais continua a ser implementado de acordo com o previsto. Este plano prevê uma série de Investimentos e melhorias operacionais que vão permitir ao Aeródromo um posicionamento diferenciado e o reforço da sua atractividade no contexto do sistema aeroportuário de Lisboa.

De referir que continuamos a desenvolver todos os esforços para atingir o objetivo de assegurar a certificação do aeródromo numa classe superior à actual classe II o que permitirá uma maior flexibilidade para receber voos internacionais.

O Sector da Instrução e treino passou por um período de forte contração que se pode relacionar diretamente com o ciclo económico.

De referir que muitas das escolas presentes no Aeródromo reforçaram a aposta na internacionalização dos seus cursos o que levou a que hoje, uma percentagem importante dos alunos a frequentar cursos em Cascais sejam estudantes internacionais com os evidentes benefícios para a economia local que daí advém.

Em termos de evolução das operações assiste-se a uma alteração da tipologia do tráfego no Aeródromo em linha com o objetivo estratégico de atração de mais aviação executiva.

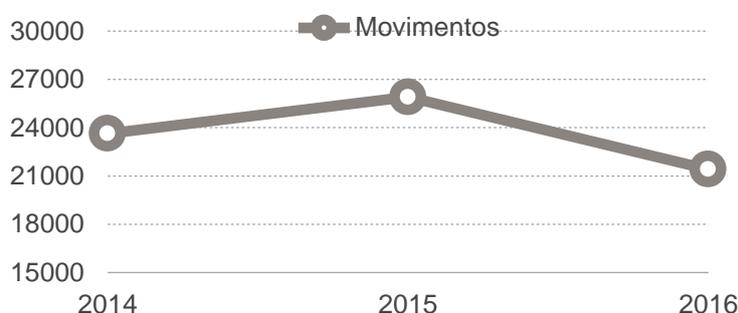
Assim, embora se assista a uma diminuição do número global de movimentos, se atentarmos à tonelagem média destas aeronaves, notamos que o tráfego de aviação ligeira está a ser substituído por aeronaves de maior tonelagem e considerando que as taxas aeroportuárias são pagas em função do peso das aeronaves conclui-se que apesar deste decréscimo, as receitas tendem a aumentar assegurando assim a sustentabilidade desta infraestrutura.

Fazemos de seguida uma breve análise estatística dos movimentos de aeronaves no Aeródromo Municipal de Cascais por natureza do tráfego ao longo do primeiro semestre do ano.

MOVIMENTOS TOTAIS: ATERRAGEM, DESCOLAGEM E T&G (TOCAR E ANDAR)

1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
25908	21411	25558
	-17 %	19,3 %

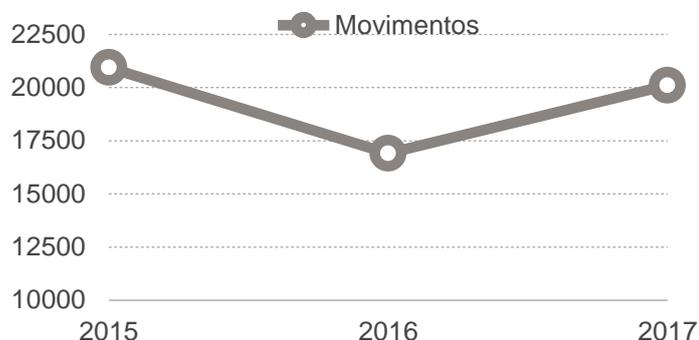
Depois de um ligeiro aumento de movimentos em 2015 assistiu-se a uma queda nos movimentos totais registados no primeiro Semestre de 2016. Esta quebra é explicada em parte pelas condições meteorológicas particularmente adversas que se fizeram sentir no primeiro semestre de 2016, mas também por uma queda em algumas tipologias de movimentos conforme se detalha abaixo. Todavia o primeiro semestre desde ano apresenta



uma forte recuperação face ao período homólogo.

MOVIMENTOS DE VOOS DE INSTRUÇÃO

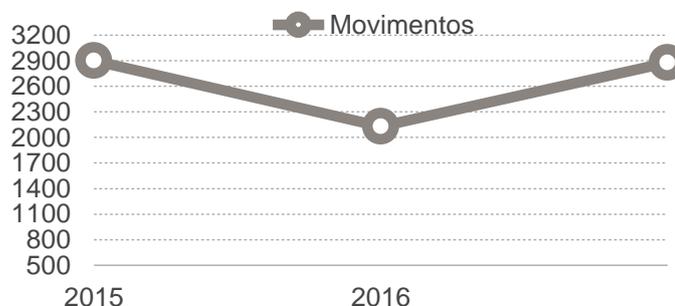
1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
20937	16910	20104
	- 19 %	19 %



Em termos quantitativos, os movimentos de instrução continuam a assumir a maior percentagem de entre os vários tipos de movimentos existentes no Aeródromo. Depois de apresentarem uma melhoria em 2015, regista-se uma quebra no primeiro semestre de 2016. Tal como acima referido uma percentagem importante dos cerca de 300 alunos a frequentar atualmente cursos nas 8 escolas presentes em Cascais são estudantes internacionais com os evidentes benefícios para a economia local que daí advém.

MOVIMENTOS DE VOOS DE TREINO

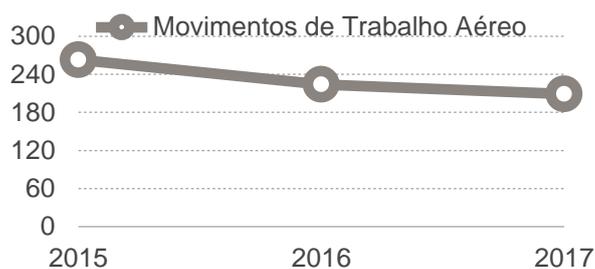
1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
2901	2129	2879
	-27%	35%



Também é de notar uma evolução positiva dos movimentos de treino.

MOVIMENTOS DE TRABALHO AÉREO

1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
263	224	209
	-15 %	-7%



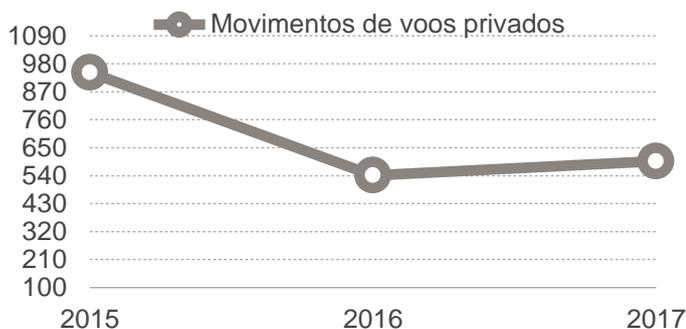
Os movimentos de trabalho aéreo compreendem a utilização de aeronaves, mediante retribuição, para qualquer atividade (excetuando o transporte de passageiros, carga ou correio) e ainda a movimentação de pessoas, equipamentos e carga necessários à execução da atividade de trabalho aéreo contratado, desde que a distância do ponto de embarque e o de desembarque seja inferior a 50km. Incluem-se as atividades agrícolas, fotografia aérea, patrulha, vigilância, combate a incêndios, prospecção e construções, publicidade, serviços médicos e assistência, pulverização, luta contra a poluição, paraquedismo, etc.

Neste segmento a tendência negativa continua a acentuar-se. Esta quebra é motivada principalmente pelo facto da atividade ligada ao combate a incêndios ter deixado de utilizar o aeródromo. Os voos de trabalho aéreo já só representam 1% dos movimentos totais.

MOVIMENTOS DE VOOS PRIVADOS

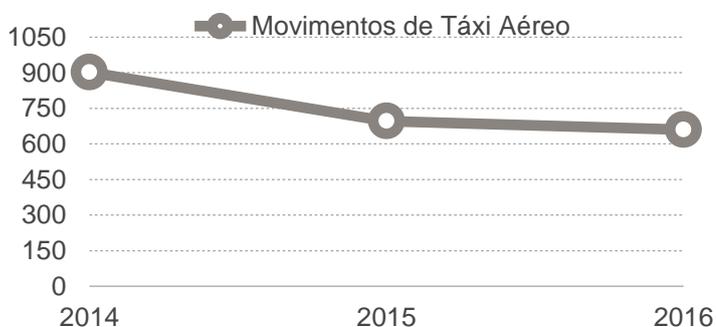
1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
946	541	597

1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
	-43%	10%



MOVIMENTOS DE VOOS TÁXI AÉREO

1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
902	861	848
	-4,5%	-1,5%



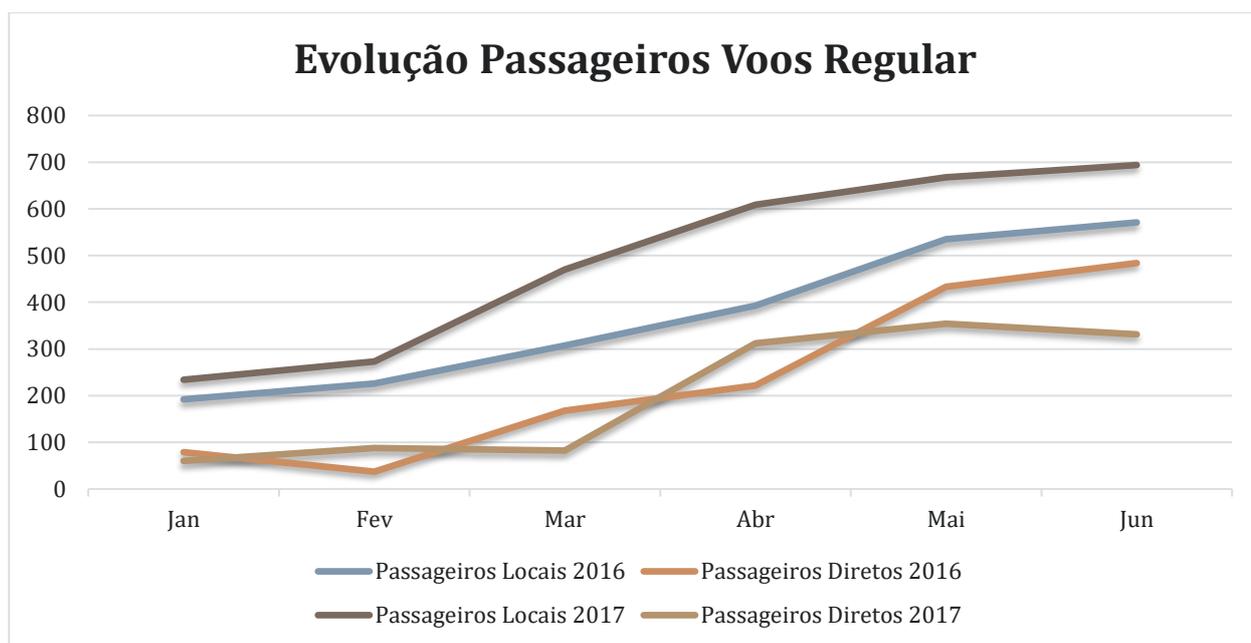
Os voos de táxis aéreos e os privados, ainda que tenham uma percentagem relativamente pequena dos movimentos totais, representam, em termos económicos (devido à sua tonelagem), uma quota-parte importante nos proveitos do Aeródromo. Em termos absolutos estas duas tipologias de movimento apresentam sinais de uma ligeira melhoria em 2017 depois de um decréscimo registado no 1º Semestre de 2016 em relação ao período homologado do ano anterior.

MOVIMENTOS REGULARES DE PASSAGEIROS

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017
826	932
	13%

Com o início da rota de serviço público de transporte aéreo entre Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão passou a existir esta nova categoria de movimentos.

Esta linha prevê, em horário de inverno que vigorou até 28 de Março, 1 voos diário ida e volta e em horário de verão, em vigor até 27 de Agosto, dois voos diários ida e volta.



* Por passageiros locais entende-se todos aqueles com origem ou destino em Cascais enquanto os passageiros diretos são passageiros que passam no Aeródromo apenas em trânsito.

Como podemos observar do gráfico acima existe uma evolução positiva em 2017 face a 2016 do número de passageiros a utilizar a linha de e para Cascais.

Abaixo encontra-se a informação do total de passageiros referentes às diferentes tipologias de tráfego. Em termos globais assiste-se a um crescimento deste número na ordem dos 15%.

MOVIMENTOS TOTAIS DE PASSAGEIROS

	2016		2017	
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados
Passageiros Regular	1106	1086	1431	1549
Passageiros Privado	293	330	257	281
Passageiros Táxi Aéreo	420	421	390	317
Outros*		329	359	183
Total	2150	2166	2437	2518

* Voos de Trabalho aéreo, Ferry, Instrução e Treino, Posição, Escala Técnica

OBRAS E MANUTENÇÃO

Execução do processo de consulta e assistência técnica à Obra (Normal e Especial) Cobertura da Ribeira das Marianas no interior do Aeródromo Municipal de Cascais, entre o Perfil P1 e o Perfil P4A;

Execução dos serviços de fiscalização e coordenação de segurança da obra, "Cobertura da Ribeira das Marianas no interior do Aeródromo Municipal de Cascais, do Perfil P1 ao Perfil P4A".

A Empreitada "Cobertura da Ribeira das Marianas no interior do Aeródromo Municipal de Cascais, do Perfil P1 ao Perfil P4A"- 4ª fase encontra-se em fase de conclusão.









- Aquisição de Ferramentas de apoio manutenção das viaturas do SSLCI







- Elaboração do Projeto de Sinalização Vertical para o Aeródromo Municipal de Cascais (Sinalização dos Taxiways), executado e aprovado pela ANAC



- Levantamento das Infra-estruturas no âmbito do SIC (Sistema de Informação Centralizado), levantamento de campo concluído, estamos a processar e tratar os dados levantados para inserir no SIC.
- Implementação da sinalização Vertical Faseada. Sendo prioritária a zona dos taxiways Juliet e Kilo, estamos a aguardar aprovação da ANAC.
- Actualização e ampliação do levantamento topográfico no Âmbito do Sistema de Informação Centralizado.
- Levantamento das Características Geométricas e estruturais (Superestrutura e fundações), Levantamento das Patologias, Processos e Metodologias de reparação e Reforço.



- Lançada a empreitada para rectificação da rede perimétrica do Aeródromo Municipal de Cascais;



- Manutenção do Portão do Hangar 4
- Limpeza e desmatagem ao longo da vedação do AMC;





- Trabalhos de instalações elétricas relativos á alimentação de equipamento para carregamento de veículos elétricos, no Aeródromo Municipal de Cascais;



- Fornecimento de Posto de Carregamento de Veículos Eléctricos, recebido o aparelho em fase de colocação;



- Remodelação de quadro de comando de grupo gerador de emergência;
- Aquisição de Depósitos de Combustível e Serviços de Montagem e Manutenção.
Destinam-se aos geradores do PT Nascente e Poente respectivamente;
- Aquisição de Portões para os abrigos de Placa;
- Em lançamento a aquisição da fossa séptica;
- Aquisição de Módulo de GSM para fornecimento de linha telefónica no interior da casa das máquinas do ascensor do Hangar 4;
- Serviços de Canalizador





- Pintura dos Postos de Transformação



- Lançadas as Inspecções Periódicas dos Ascensores

CENTRO CONGRESSOS DO ESTORIL

- Num ano de desafio económico, marcado por novos players no mercado, o Centro de Congressos do Estoril (CCE) com a sua política comercial conseguiu superar as expectativas orçamentadas para este semestre.
- A abertura de espaços concorrentes na área de Lisboa e no centro do país constitui um novo desafio para o CCE, dado que o factor “novidade” capta a atenção dos organizadores de eventos, que estão sempre no mercado à procura de novos espaços e soluções para apresentar aos seus clientes.
- Foi um semestre em que a actividade assentou no mercado nacional, com predominância para os clientes fidelizados – 28% dos eventos realizados pertencem a esta categoria.
- Dos eventos novos de destacar ainda o evento World Shopper, que sai de Lisboa e vem para o Estoril, e cuja realização da próxima edição de 2018 está já confirmada no CCE.
- De destacar a captação de eventos corporativos - MARS IBERIA, GALP, UNILEVER, SAP - e associativos – APCC, ECVO e EUROELECTRIC – com reflexo na ocupação hoteleira local e em actividades ligadas ao MI da região.
- Pela grande projecção mediática e a presença de figuras mundiais, destaque para os eventos Football Talks da FPF, Conferências do Estoril e Wine Summit.
- A captação de alguns destes eventos resulta ainda da presença do CCE em plataformas internacionais de venue finders e na apresentação de propostas orçamentais acompanhadas de imagens ilustrativas do espaço e elaboração de plantas adequadas

aos pormenores exigidos por cada evento em concreto. Isto demonstra aos potenciais clientes, mesmo numa fase muito inicial do processo negocial, uma adequação do espaço às suas necessidades específicas.

- Além disso, quando se justifica pela análise do tipo de evento, a equipa do CCE encaminha o cliente para um contacto directo com a ATC, de forma a promover a região como um todo e mostrar as potencialidades e vantagens do Convention Bureau local.
- O CCE tem ainda sido escolhido como venue para eventos institucionais relacionados com a Autarquia local, quer dos seus Departamentos a nível interno, quer de eventos apoiados pela Câmara Municipal, resultado da sua dinâmica de captação para a região de Cascais de eventos de prestígio nacional e internacional.
- Neste primeiro semestre registamos a abertura de novos espaços concorrentes, com destaque para o Centro de Congressos de Coimbra, a reabertura do Pavilhão Carlos Lopes, inauguração para breve do SUD LISBOA.
- Regista-se igualmente uma concorrência mais agressiva por parte do Centro de Congressos de Lisboa, do Pavilhão Atlântico que começou a captar mais eventos corporate e do CCB que se demonstrou mais dinâmico.



ANÁLISE DE RESULTADOS

Comparativamente ao orçamentado, globalmente o resultado é bastante positivo, superando as expectativas para estes meses. Alguns factores para os bons resultados globais:

- a) O tipo de eventos angariados – reuniões com exposição e serviços de catering – resultou num maior volume de aluguer de espaço;
- b) Colaboração com a equipa criativa da empresa nossa parceira AVK, cujas soluções apresentadas para os eventos Galp, Mercedes e FPF, SAP, WINE SUMMIT, EUROELECTRIC foram aprovadas pelos clientes, gerando uma maior receita.

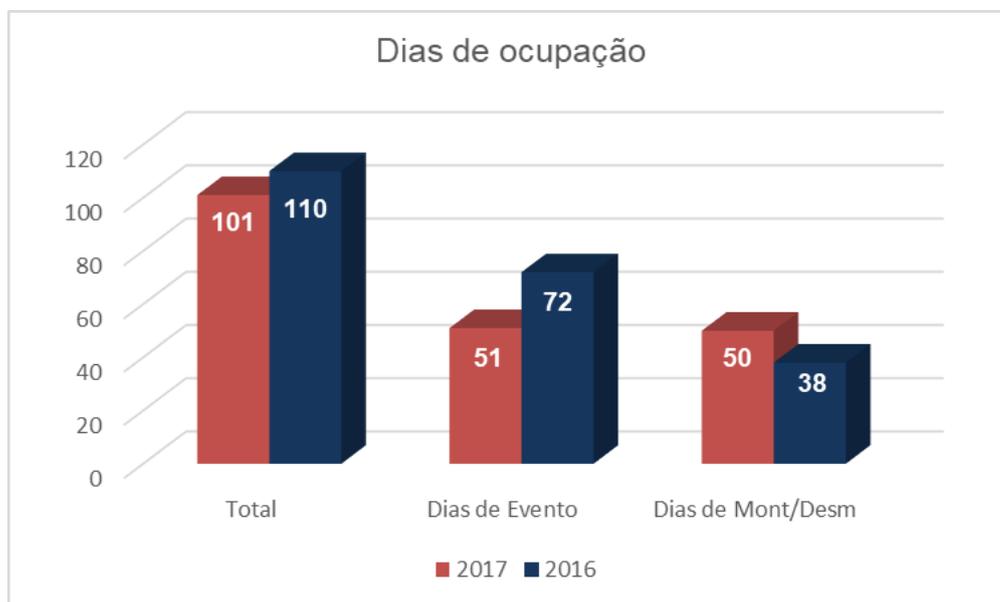
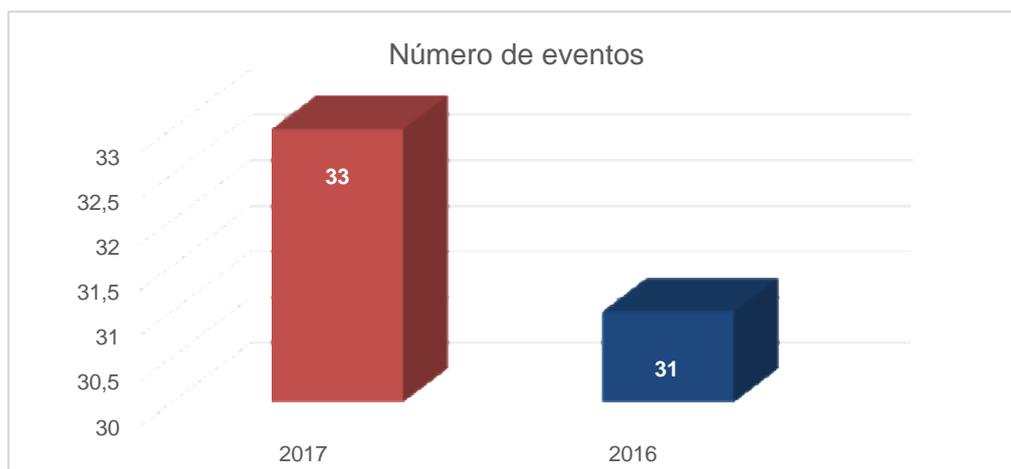
De destacar que neste primeiro semestre foi aceite, pelos clientes organizadores de vários eventos, a opção pela exclusividade, aumentando em 20% o respectivo valor de espaço.



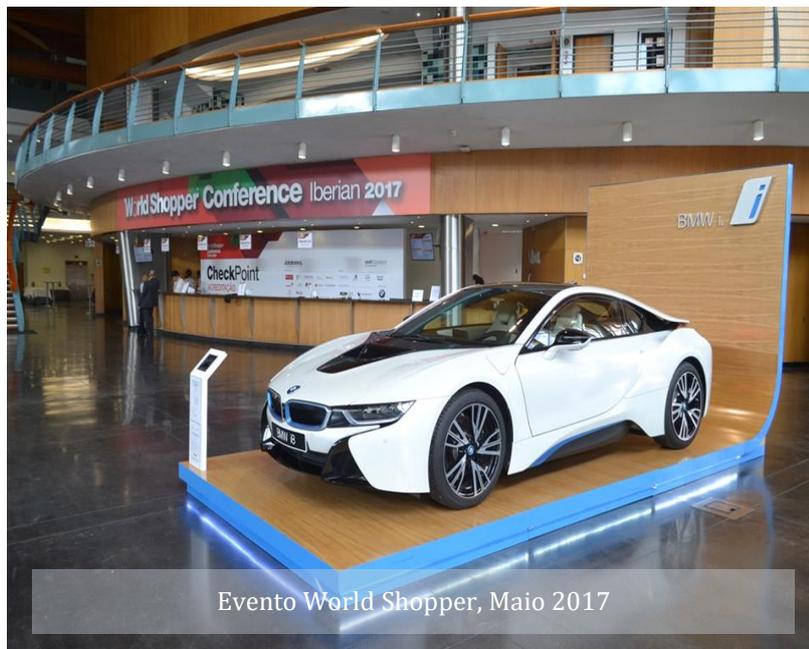


ANÁLISE ESTATÍSTICA

No primeiro semestre, o CCE teve 101 dias de ocupação, com a realização de 33 eventos.

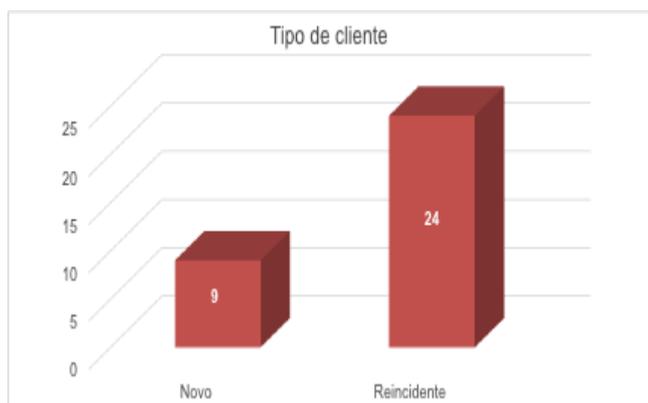




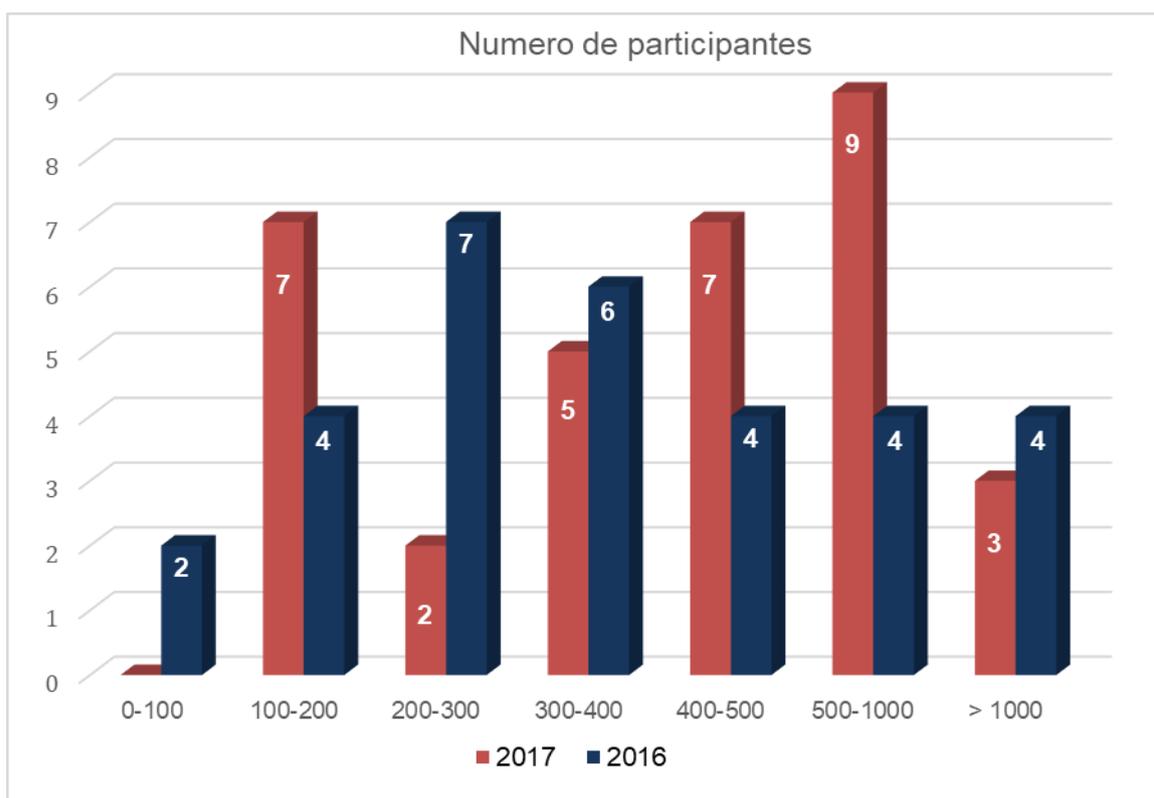


Em relação aos clientes, destaque para o mercado nacional fidelizado.

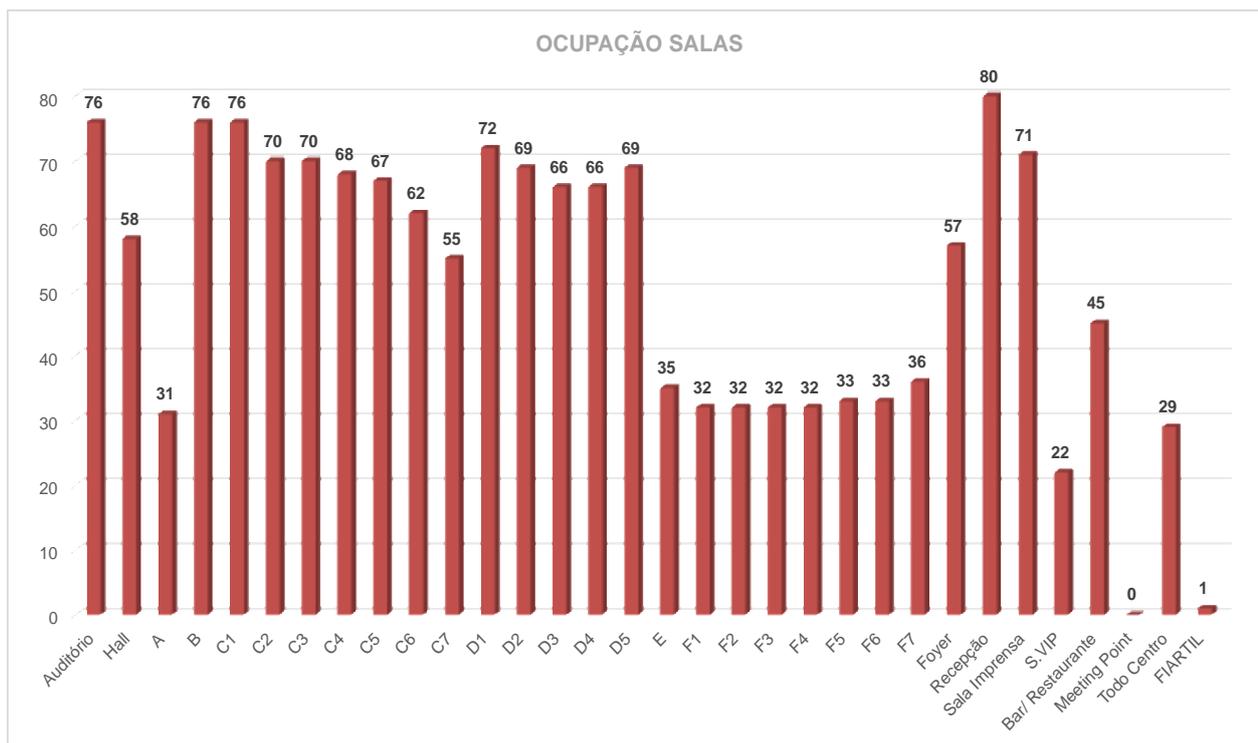




O CCE, no primeiro semestre, recebeu mais de 8.800 visitantes.



Em termos de ocupação de espaço, as salas mais solicitadas no primeiro semestre em 2017 foram o Auditório, Hall/ Sala A e sala B.





Gala Quinas de Ouro, Março 2017



Evento Unilever, Abril 2017



Evento Conferências do Estoril Junior, Junho 2017



Evento EURELECTRIC, Junho 2017

OBRAS E MANUTENÇÃO

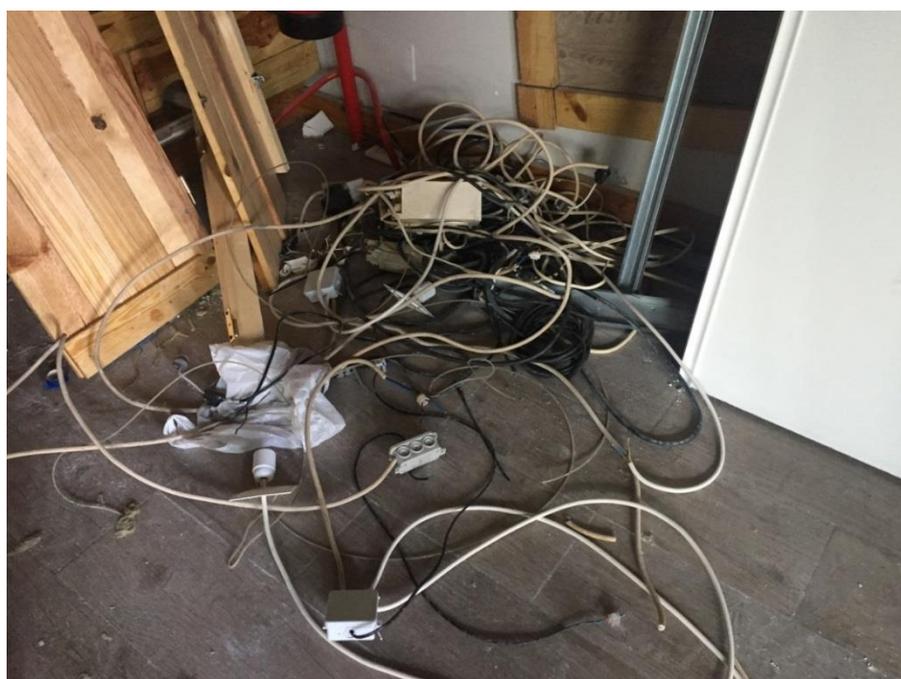
Manutenção dos equipamentos de AVAC e restantes equipamentos de acordo com o Plano de Manutenção Preventiva e Vistorias Mensais ao Edifício do Centro de Congressos do Estoril;

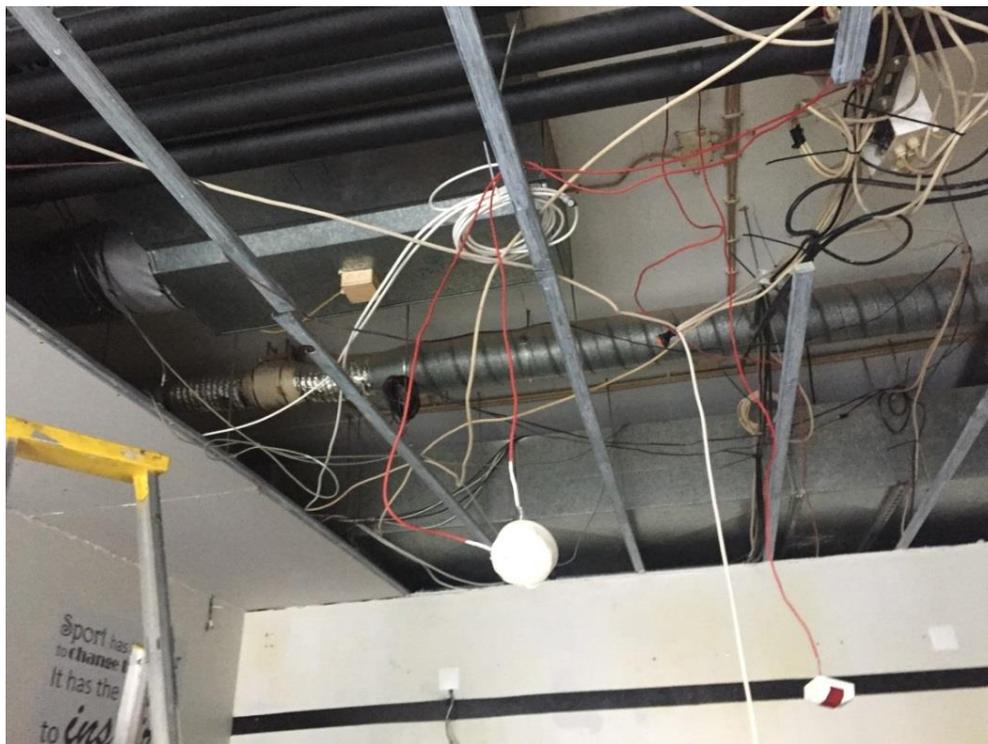
Concluída Certificação Energética e Qualidade do Ar Interior do Edifício do Centro de Congresso do Estoril, com emissão do Certificado Energético do CCE válido até 20-06-2025;



Manutenção dos Sistemas PPCI (Portas + Selagens + RCF)_Protecção Passiva Contra Incêndio;

Substituição do teto falso da Loja G e melhoramento da instalação eléctrica;





Lançadas as Inspeções Periódicas dos Ascensores

HIPÓDROMO MUNICIPAL DE CASCAIS

Eventos de maior destaque no 1º semestre:

- 19 de Fevereiro: "Missa Patriarcal"
- 8 de Abril: "Agility Cães"
- 6 de Maio: "Desfile Burros"
- 4 de Junho: "Festa da Criança"
- 17 de Junho: "Gala – Cavalo Lusitano"





Treinos periódicos de Rugby (Dramático de Cascais)

Além de:

- Acompanhamento técnico da "GreenConsult" no âmbito da preparação e visitas á pista relvada.

FEIRA DO ARTESANATO DO ESTORIL

Coordenação Geral das Obras realizadas no Recinto, designadamente:

“Empreitada de Alteração da Rede Eléctrica”

Eventos realizados no 1º Semestre:

MERCADO STYLIST: 27 e 28 de Maio

FIARTIL: Inauguração 29 de Junho





ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A 19 de Junho de 2017 em Assembleia Geral foi aceite a renúncia apresentada pelo Senhor João Manuel Ribeiro da Fonseca ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 11 de Maio de 2017.

Na mesma Assembleia Geral foi aceite a proposta do Município de Cascais para a nomeação do Senhor Leonardo Bandeira de Melo Mathias para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração não executivo, para o mandato em curso, com término a 31 de Dezembro de 2017, mantendo os termos e condições aprovados para o seu antecessor.

Ficando assim o Conselho de Administração com os seguintes elementos:

Presidente: Leonardo Mathias

Administrador: Bernardo Correa de Barros

Administrador: Filipe Nascimento

Quadro de Pessoal

Por forma a acompanhar a evolução da empresa foi necessário reforçar o quadro de pessoal como se pode verificar no quadro infra:

Relação Entradas e Saídas de Pessoal 2017

Situação	Data	Cat. Profissional
Entrada	02-01-2017	Jurista
Entrada	16-01-2017	Gestora de Eventos
Entrada	13-02-2017	Assistente Administrativa
Entrada	08-05-2017	Serviço de Socorros e Luta Contra Incendios
Entrada	01-06-2017	Assessor do Conselho de Administração
Saída	10-03-2017	Operador de Socorro e Emergências
Saída	03-04-2017	Assistente de Direcção c/Resp. Comercial
Saída	14-05-2017	Assessora do Conselho de Administração
Saída	15-05-2017	Responsável de manutenção

*Contrações autorizadas pela tutela cfr REPSEL

Colaboradores por Vínculo Contratual

Tipo de Contrato	M	F	Total
Nomeação	1	0	1
Contrato de trabalho sem termo	29	10	39
Contrato de trabalho a termo	8	7	15
	38	17	55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice

Balanço em 30 de junho de 2017.....	53
Demonstração dos resultados por naturezas.....	54
Demonstração da alteração dos capitais próprios no período de junho de 2017.....	55
Demonstração de fluxos de caixa.....	57
Anexo às demonstrações financeiras.....	58
1. Introdução.....	58
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	59
3. Principais políticas contabilísticas.....	60
4. Fluxos de caixa.....	67
5. Propriedades de Investimento.....	68
6. Ativos fixos tangíveis.....	69
7. Ativos intangíveis.....	71
8. Outros Investimentos Financeiros.....	72
9. Clientes.....	72
10. Fornecedores.....	73
11. Estado e outros entes públicos.....	73
12. Outros Créditos a Receber.....	74
13. Diferimentos.....	75
14. Instrumentos de Capital Próprio.....	75
15. Outras Dívidas a pagar.....	76
16. Financiamentos obtidos e locação financeira.....	77
17. Prestação de serviços.....	77
18. Subsídios à Exploração.....	77
19. Fornecimento e Serviços Externos.....	78
20. Gastos com pessoal.....	78
21. Outros rendimentos.....	79
22. Outros gastos.....	79

23.	Juros e outros gastos similares	80
24.	Imposto sobre o rendimento	80
25.	Partes relacionadas	82
26.	Informações exigidas por diplomas legais	82

Balanço

Período findo em 30 de Junho de 2017

(montantes expressos em euros)

30-06-2017

31-12-2016

RUBRICAS			
Propriedades de investimento	5	2.289.645,66	2.298.525,96
Ativos fixos tangíveis	6	27.952.960,81	27.911.696,25
Ativos intangíveis	7	26.545,66	44.770,83
Outros Ativos financeiros	8	4.448,72	3.393,23
Ativo por imposto diferido	11	7.255,34	-
		30.280.856,19	30.258.386,27
Ativo Corrente			
Clientes	9	1.816.834,78	1.388.785,45
Estado e outros entes publicos	11	294.401,11	269.788,27
Outros creditos a receber	12	1.887.194,48	1.192.906,65
Diferimentos	13	68.951,26	90.395,20
Caixa e depósitos bancários	4	373.142,09	1.178.309,57
		4.440.523,72	4.120.185,14
		Total do Ativo	34.721.379,91
			34.378.571,41
Capital Próprio			
Capital subscrito	14	30.867.000,00	30.867.000,00
Ações (quotas) próprias	14	-89.810,00	-89.810,00
Reservas legais	14	146.659,65	146.568,54
Outras reservas	14	71.084,63	71.084,63
Resultados transitados	14	-1.821.472,31	-1.727.765,08
Outras variações no capital próprio	14	70.307,85	70.307,85
Resultado líquido do período	14	48.248,33	1.822,28
		29.292.018,15	29.339.208,22
		Total do Capital Próprio	29.292.018,15
			29.339.208,22
Passivo Não Corrente			
		-	-
Passivo Corrente			
Fornecedores	10	898.117,57	1.436.669,43
Estado e outros entes publicos	11	173.286,54	185.694,58
Financiamentos obtidos	16	4.000.000,00	3.000.000,00
Outras dividas a pagar	15	179.181,72	365.234,68
Diferimentos	13	178.775,93	51.764,50
		5.429.361,76	5.039.363,19
		Total do Passivo	5.429.361,76
			5.039.363,19
		Total do Capital próprio e do Passivo	34.721.379,91
			34.378.571,41

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

As notas das páginas 58 a 83 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 30 de Junho de 2017

(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	30-06-2017	30-06-2016
Vendas e serviços prestados	17	2.207.112,79	2.264.629,03
Subsídios à exploração	18	594.900,00	-
Fornecimentos e serviços externos	19	-1.937.563,78	-1.332.178,82
Gastos com o pessoal	20	-753.580,20	-671.246,71
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-648.202,38
Outros rendimentos e ganhos	21	245.883,11	949.572,28
Outros gastos e perdas	22	-44.564,60	-194.654,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		312.187,32	367.919,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5,6,7	-237.070,37	-195.035,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		75.116,95	172.883,10
Juros e gastos similares suportados	23	-25.327,98	-24.612,30
Resultado antes de impostos		49.788,97	148.270,80
Estimativa de Imposto	24	-1.540,64	-46.028,15
Resultado líquido do período		48.248,33	102.242,65

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

As notas das páginas 57 a 83 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios no período de junho de 2017

(montantes expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total do capital próprio	Total do capital próprio	
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
Posição no Início do Período 2016	1	Notas 30.867.000,00	-89.810,00	146.487,44	71.084,63	-1.626.395,28	-84.685,00	61.991,91	1.622,08	29.347.295,78	29.347.295,78
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Realização do excedente de revalorização de activos											-
Excedente de revalorização de activos											-
Ajustamentos por impostos diferidos											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				81,10		-101.369,80	84.685,00	8.315,94	-1.622,08	-9.909,84	-9.909,84
capital próprio	14			81,10		-101.369,80	84.685,00	8.315,94	-1.622,08	-9.909,84	-9.909,84
	2	-	-	81,10	-	-101.369,80	84.685,00	8.315,94	-1.622,08	-9.909,84	-9.909,84
Resultado Líquido do Período	3								1.822,28	1.822,28	1.822,28
Resultado Integral	4 = 2 + 3								200,20	-8.087,56	-8.087,56
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital											-
Realizações de prémios de emissão											-
Distribuições											-
Entradas para cobertura de perdas											-
Outras operações											-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2016	1 + 2 + 3 + 5	30.867.000,00	-89.810,00	146.568,54	71.084,63	-1.727.765,08	-	70.307,85	1.822,28	29.339.208,22	29.339.208,22

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

		Capital Próprio atribuído aos detetores do capital									
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2017</i>	1	Notas 30.867.000,00	-89.810,00	146.568,54	71.084,63	-1.727.765,08	0,00	70.307,85	1.822,28	29.339.208,22	29.339.208,22
<i>Alterações no período</i>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos											
Excedente de revalorização de activos											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
	14			91,11		-93.707,23			-1.822,28	-95.438,40	-95.438,40
	2			91,11		-93.707,23			-1.822,28	-95.438,40	-95.438,40
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3								48.248,33	48.248,33	48.248,33
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3								46.426,05	-47.190,07	-47.190,07
<i>Operações com detetores de capital próprio</i>											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	5										
<i>Posição no Fim do Período Junho 2017</i>	1 + 2 + 3 + 5	30.867.000,00	-89.810,00	146.659,65	71.084,63	-1.821.472,31	-	70.307,85	48.248,33	29.292.018,15	29.292.018,15

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

As notas das páginas 57 a 83 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de fluxos de caixa

Período findo em 30 de junho de 2017

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	30-06-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2.667.349,07	6.399.058,44
Pagamentos a fornecedores		(3.503.602,87)	(4.887.703,39)
Pagamentos ao pessoal		(715.530,23)	(1.301.345,29)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>(1.551.784,03)</u>	<u>210.009,76</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(99.873,52)	(176.025,71)
Outros recebimentos/pagamentos		96.892,37	386.431,27
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>(1.554.765,18)</u>	<u>420.415,32</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(517.370,24)	(862.856,20)
<i>Ativos intangíveis</i>		(4.123,76)	(18.072,17)
<i>Investimentos financeiros</i>		(4.608,68)	(1.224,06)
<i>Outros ativos</i>		-	-
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		300.868,40	3.000,00
<i>Ativos intangíveis</i>		-	-
<i>Investimentos financeiros</i>		159,96	786,97
<i>Outros activos</i>		-	-
<i>Subsídios ao investimento</i>		-	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>		-	-
<i>Dividendos</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(225.074,32)</u>	<u>(878.365,46)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		1.000.000,00	500.000,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		-	-
<i>Cobertura de prejuízos</i>		-	-
<i>Doações</i>		-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-	-
<i>Juros e gastos similares</i>		(25.327,98)	(40.656,55)
<i>Dividendos</i>		-	-
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>974.672,02</u>	<u>459.343,45</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	(805.167,48)	1.393,31
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.178.309,57	1.176.916,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	373.142,09	1.178.309,57

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

As notas das páginas 58 a 83 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

Designação da entidade: CASCAIS DINÂMICA - GESTÃO DE ECONOMIA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO, E. M., S. A.

Sede social: Av.^a Clotilde, Edifício do Centro de Congressos do Estoril, 3^o A^o, Estoril.

Natureza da actividade:

1 - Promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho.

2 - Exercício de algumas atividades, designadamente:

a) - Construção de equipamentos e infraestruturas;

b) - Desenvolvimento de iniciativas de animação turística do Concelho de Cascais;

c) - Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;

d) - Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:

i - Centro de Congressos;

ii - Feira do Artesanato;

iii - Hipódromo Manuel Possolo;

iv - Piscina Municipal da Abóboda (atividade terminada em Junho de 2014);

v - Fortaleza da Cidadela de Cascais;

vi - Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade.

e) - Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

3 - Fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico-desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.

4 - Poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer actividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

5 - Compreendem-se ainda todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor desde 1 de Janeiro de 2010 e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de Agosto e pelo Decreto-Lei n. 98/2015 de 2 de Junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de Junho de 2017.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 30 de Junho de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Propriedades de investimento

Os ativos da Empresa que se qualificam como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. Posteriormente, são mensurados ao custo de aquisição e sujeitos a depreciação.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As vidas uteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	100 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 - 12 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 - 10 anos

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciara sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Com as Alterações verificadas ao SNC (Aviso nº 8256/2015 de 29 de Junho), a partir de 1 de Janeiro de 2016, o Goodwill passa a ser amortizado no período de vida útil, ou no período máximo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos, só são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Em 30 de Junho de 2017, foram identificadas situações justificativas da constituição de impostos diferidos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato financeiro, são analisadas as contas de clientes e as outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a CASCAIS DINÂMICA tem em consideração as informações de mercado que demonstrem que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades e após o comprovado insucesso de todas as devidas tentativas de recuperação, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços é fiavelmente mensurável, sendo o valor do rédito, reconhecido numa perspectiva de balanceamento entre gastos e rendimentos. Assume-se que o desfecho das transações é fiavelmente mensurável quando todas as condições se verificam:

a) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

b) seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;

- c) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- d) os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços não pode ser fiavelmente estimado, o rédito apenas é reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

- Subsídios

A CASCAIS DINÂMICA recebe anualmente subsídios para comparticipação integral das atividades de promoção e animação do Concelho de Cascais. Esses subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados, o que geralmente ocorre sempre numa base anual.

- Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade desse ativo (ativo fixos intangíveis e tangíveis e ativos financeiros). Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis e na rubrica "Perdas por imparidade – Em dívidas a receber".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a venda do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à venda. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Em 30 de junho de 2017, a CASCAIS DINÂMICA não tinha capitalizado em ativos fixos tangíveis quaisquer encargos financeiros resultantes de empréstimos obtidos.

- Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

- Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.

- Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Especialização dos exercícios

A CASCAIS DINÂMICA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração da CASCAIS DINÂMICA adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão da CASCAIS DINÂMICA foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dizem respeito à definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis integralmente reintegrados à data da transição e análises de imparidade, nomeadamente das contas de clientes e outras contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	18.017,95	26.021,33
Depósitos bancários	<u>355.124,14</u>	<u>1.152.288,24</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>373.142,09</u>	<u>1.178.309,57</u>

O saldo de disponibilidades diminuiu consequência da redução das dívidas a pagar a fornecedores.

5. Propriedades de Investimento

Esta rubrica inclui parte do imóvel do Centro de Congressos, detido pela CASCAIS DINÂMICA, pelo fato de existirem frações deste imóvel, objeto de contrato de arrendamento com terceiros. O detalhe é o seguinte:

	431 Terrenos e Recursos Naturais	432 Edifícios e outras Construções	Total
1 de janeiro de 2017			
Custo de aquisição	592.022,15	1.776.066,40	2.368.088,55
Depreciações acumuladas		(69.562,59)	(69.562,59)
Valor líquido	592.022,15	1.706.503,81	2.298.525,96
30 de junho de 2017			
Depreciação - exercício		(8.880,30)	(8.880,30)
Valor líquido	-	(8.880,30)	(8.880,30)
Custo de aquisição	592.022,15	1.776.066,40	2.368.088,55
Depreciações acumuladas		(78.442,89)	(78.442,89)
Valor líquido	592.022,15	1.697.623,51	2.289.645,66
	431 Terrenos e Recursos Naturais	432 Edifícios e outras Construções	Total
31 de dezembro de 2016			
Adições			
Transferências e abates	592.022,15	1.794.138,57	2.386.160,72
Depreciação - exercício		(469,64)	(469,64)
Valor líquido	592.022,15	1.793.668,93	2.385.691,08
Custo de aquisição	592.022,15	1.776.066,40	2.368.088,55
Depreciações acumuladas		(69.562,59)	(69.562,59)
Valor líquido	592.022,15	1.706.503,81	2.298.525,96

6. Ativos fixos tangíveis

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 30 de junho de 2017

	431	432	433	434	435	437	45	
	Terrenos e	Edifícios e	Equipamento	Equipamento	Equipamento de	Outros Ativos	Investimento	
Nota	Recursos	outras	Equipamento	de	Administrativo	Tangíveis	em Curso	Total
	Naturais	Construções	Básico	Transporte				
1 de Janeiro de 2017								
Custo de aquisição	6.679.157,85	21.355.481,27	398.270,93	166.182,95	442.256,86	629.327,25	119.827,71	29.790.504,82
Depreciações acumuladas	(2.233,46)	(868.739,51)	(158.346,35)	(108.061,04)	(413.653,71)	(327.774,50)		(1.878.808,57)
Valor líquido	6.676.924,39	20.486.741,76	239.924,58	58.121,91	28.603,15	301.552,75	119.827,71	27.911.696,25
30 de Junho de 2017								
Adições		231.333,70	68.478,80		7.538,78	24.082,00	185.445,00	516.878,28
Transferências e abates			(12.100,30)		(132.796,97)	(37.949,34)		(182.846,61)
Alienações			(170.218,45)		(3,00)	(131.334,56)		(301.556,01)
Depreciação - exercício	(110,76)	(140.411,24)	(19.172,63)	(6.017,40)	(7.653,11)	(32.476,00)		(205.841,14)
Depreciação - alienações			12.419,87		3,00	42.522,34		54.945,21
Depreciação - Transferências e Abates			12.100,30		132.796,97	14.787,56		159.684,83
Valor líquido	(110,76)	90.922,46	(108.492,41)	(6.017,40)	(114,33)	(120.368,00)	185.445,00	(118.420,27)
Custo de aquisição	6.679.157,85	21.586.814,97	284.430,98	166.182,95	316.995,67	484.125,35	305.272,71	29.822.980,48
Depreciações acumuladas	(2.344,22)	(1.009.150,75)	(152.998,81)	(114.078,44)	(288.506,85)	(302.940,60)		(1.870.019,67)
Valor líquido	6.676.813,63	20.577.664,22	131.432,17	52.104,51	28.488,82	181.184,75	305.272,71	27.952.960,81

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 31 de dezembro de 2016

	431	432	433	434	435	437	45	
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento de Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Investimento em Curso	Total
Nota								
1 de Janeiro de 2016								
Custo de aquisição	6.679.157,85	20.933.906,59	212.781,33	163.241,79	412.953,94	430.771,74		28.832.813,24
Depreciações acumuladas	(2.011,96)	(611.285,29)	(141.776,08)	(123.263,46)	(398.776,51)	(285.354,24)		(1.562.467,54)
Valor líquido	6.677.145,89	20.322.621,30	71.005,25	39.978,33	14.177,43	145.417,50	-	27.270.345,70
31 de Dezembro de 2016								
Adições		421.574,68	185.489,60	28.941,16	28.295,25	198.555,51	119.827,71	982.683,91
Transferências e abates					1.475,00			1.475,00
Alienações				(26.000,00)	(467,33)			(26.467,33)
Depreciação - exercício	(221,50)	(257.454,22)	(16.570,27)	(10.797,58)	(14.877,80)	(42.420,26)		(342.341,63)
Depreciação - alienações				26.000,00	467,33			26.467,33
Depreciação - Transferências e abates					0,60			0,60
Valor líquido	(221,50)	164.120,46	168.919,33	18.143,58	14.892,45	156.135,25	119.827,71	641.817,28
Custo de aquisição	6.679.157,85	21.355.481,27	398.270,93	166.182,95	442.256,86	629.327,25	119.827,71	29.790.504,82
Depreciações acumuladas	(2.233,46)	(868.739,51)	(158.346,35)	(108.061,04)	(413.653,71)	(327.774,50)	-	(1.878.808,57)
Valor líquido	6.676.924,39	20.486.741,76	239.924,58	58.121,91	28.603,15	301.552,75	119.827,71	27.911.696,25

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

As principais adições no período referem-se à execução de empreitadas do estacionamento e outras melhorias no Aeródromo de Cascais.

No primeiro semestre de 2017, a Empresa procedeu ao abate de diversos ativos no montante de líquido de depreciações, de cerca de 23.000 euros e alienou ativos num montante de cerca de 246.600 euros.

A 30 de junho de 2017, a empresa tinha feito obras montante de 416.778,70 euros, das quais 185.445,00 respeitam a obras que à data ainda não estavam concluídas. As obras efetuadas foram realizadas na sua maioria no Aeródromo de Cascais.

7. Ativos intangíveis

Movimentos nos ativos intangíveis – 30 de junho de 2017

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Total
1 de janeiro de 2017				
Custo de aquisição	307.601,13	163.129,25	85.588,40	556.318,78
Depreciações acumuladas	(286.936,19)	(142.435,20)	(82.176,56)	(511.547,95)
Valor líquido	20.664,94	20.694,05	3.411,84	44.770,83
30 de junho de 2017				
Adições		4.000,00	123,76	4.123,76
Depreciação - exercício	(16.297,07)	(5.844,78)	(207,08)	(22.348,93)
Valor líquido	(16.297,07)	(1.844,78)	(83,32)	(18.225,17)
Custo de aquisição	307.601,13	167.129,25	85.712,16	560.442,54
Depreciações acumuladas	(303.233,26)	(148.279,98)	(82.383,64)	(533.896,88)
Valor líquido	4.367,87	18.849,27	3.328,52	26.545,66

Movimentos nos ativos fixos intangíveis – 31 de dezembro de 2016

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Total
1 de janeiro de 2016				
Custo de aquisição	307.601,13	145.057,08	85.588,40	538.246,61
Depreciações acumuladas	(249.206,63)	(129.881,14)	(81.861,56)	(460.949,33)
Valor líquido	58.394,50	15.175,94	3.726,84	77.297,28
31 de dezembro de 2016				
Adições		18.072,17		18.072,17
Depreciação - exercício	(37.729,56)	(12.554,06)	(315,00)	(50.598,62)
Valor líquido	(37.729,56)	(12.554,06)	(315,00)	(32.526,45)
Custo de aquisição	307.601,13	163.129,25	85.588,40	556.318,78
Depreciações acumuladas	(286.936,19)	(142.435,20)	(82.176,56)	(511.547,95)
Valor líquido	20.664,94	20.694,05	3.411,84	44.770,83

8. Outros Investimentos Financeiros

Nesta rubrica a 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, encontra-se registado o valor dos fundos de compensação do trabalho com um valor acumulado de 4.448,72 euros e 3.393,23 Euros, respetivamente.

9. Clientes

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2017 e de 31 de Dezembro 2016, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Clientes CC Geral	1.971.759,57	1.543.710,24
Clientes de cobrança duvidosa	47.990,96	47.990,96
Perdas por Imparidade Acumuladas	<u>(202.915,75)</u>	<u>(202.915,75)</u>
Total Clientes	<u>1.816.834,78</u>	<u>1.388.785,45</u>

A dívida de clientes de cobrança duvidosa no montante de 47.990,96 euros tem uma antiguidade superior a 24 meses.

Relativamente à antiguidade da divida de conta corrente geral, a mesma detalha-se da seguinte forma:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>>121 dias</u>	<u>Total</u>
	388.891,29	577.323,45	67.255,43	77.866,88	705.497,73	1.816.834,78
Clientes	<u>388.891,29</u>	<u>577.323,45</u>	<u>67.255,43</u>	<u>77.866,88</u>	<u>705.497,73</u>	<u>1.816.834,78</u>

Salienta-se que os saldos de conta corrente geral, com antiguidade superior a 12 meses, ascendem a cerca de 699.511 euros, os quais se encontram parcialmente ajustados por perdas por imparidade no montante de 202.916 euros.

10. Fornecedores

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro 2016, a rubrica de Fornecedores, apresentava os seguintes saldos:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Fornecedores	898.117,57	1.436.669,43
Total Fornecedores	<u>898.117,57</u>	<u>1.436.669,43</u>

Relativamente à antiguidade da dívida, a mesma detalha-se da seguinte forma:

	<u>0-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>120-180 dias</u>	<u>181-360 dias</u>	<u>> 361 dias</u>	<u>TOTAL</u>
	563.327,60	147.690,24	0,00	95.438,40	70.025,55	21.635,78	898.117,57
Fornecedores conta corrente	<u>563.327,60</u>	<u>147.690,24</u>	<u>0,00</u>	<u>95.438,40</u>	<u>70.025,55</u>	<u>21.635,78</u>	<u>898.117,57</u>

O saldo de dívidas a fornecedores diminui, consequência de um maior esforço financeiro para o pagamento das mesmas.

11. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, os saldos da rubrica Estado e outros entes públicos é como se segue:

	<u>30-06-2017</u>		<u>31-12-2016</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Impostos s/ rendimento - IRC	293.041,66	13.822,39	269.788,27	80.612,09
Impostos s/ rendimento - IRS		28.788,00		15.849,03
Impostos s/ valor acrescentado	1.359,45	77.358,19		60.988,39
Contribuições para Segurança Social		53.102,56		28.066,76
Outras contribuições		215,40		178,31
	<u>294.401,11</u>	<u>173.286,54</u>	<u>269.788,27</u>	<u>185.694,58</u>

Em 30 Junho de 2017 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 34.549,23 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes é conforme se segue:

	<u>2016</u>	
	<u>Montante</u>	<u>Data</u>
Gerados em		
	2017	2022
	34.549,23	

Ativos por Impostos diferido

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em a 30 de junho de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumento</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo final</u>
Impostos diferidos activos:				
Prejuízos fiscais	-	7.255,34		7.255,34

12. Outros Créditos a Receber

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2017 e de 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de outros créditos a receber é decomposta da seguinte forma:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Outros devedores		
Pessoal	1.062,07	2.402,93
Devedores por acréscimo proveitos	1.879.190,90	1.184.604,22
Devedores diversos	6.941,51	5.899,50
Outras créditos a receber	<u>1.887.194,48</u>	<u>1.192.906,65</u>

A rubrica Devedores por acréscimo de proveitos, referente a 2017, inclui um montante de 1.425.000 euros no âmbito de um Contrato-Programa celebrado com o Município de Cascais, para a realização de um conjunto de eventos e atividades em 2016 e no primeiro semestre de 2017.

Este Contrato de Programa teve recusa de visto pelo Tribunal de Contas, em 30 de maio de 2017, decisão que foi contestada pelo Município de Cascais

A rubrica inclui ainda montantes relativos a subsídios à exploração, a receber do Município de Cascais, relativos a atividades realizadas no semestre.

A Administração da Cascais Dinâmica tem a expectativa de vir a receber os montantes relativos ao Contrato de Programa realizado com o Município de Cascais, e os outros subsídios à exploração, cujo rédito foi reconhecido no semestre.

13. Diferimentos

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica do activo corrente Diferimentos apresenta a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
ATIVO		
Seguros	1.192,01	2.834,79
Outros	67.759,25	87.560,41
Gastos a reconhecer	<u>68.951,26</u>	<u>90.395,20</u>
PASSIVO		
Eventos Centro Congressos	178.775,93	51.764,50
Rendimentos a Reconhecer	<u>178.775,93</u>	<u>51.764,50</u>

14. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 30 de junho de 2017 o capital da Empresa é de 30.867.000 euros, está totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 6.173.400 acções com o valor nominal de cinco euros, cada. A participação detida pelo Município de Cascais corresponde a 99,71% do capital social da Empresa.

Acções próprias

Em 30 de junho de 2017 a Empresa detinha 17.962 acções próprias com o valor de 89.810 euros que assim deduz ao valor do Capital Social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2017 a reserva legal ascendia a 146.659,65 euros.

Resultados Transitados

Em 30 de junho de 2017 os Resultados Transitados tiveram as seguintes alterações face ao final de 2016:

- Inclusão do valor de 95.438,40 euros, referente a uma fatura da NAV pelos serviços de Navegação Área de Terminal prestados no 2º semestre de 2015 no Aeródromo de Cascais, os quais foram faturados pela Cascais Dinâmica, EM, SA em 2015.

- a transferência do Resultado Líquido de 2016 no montante de 1.731,17 Euros, conforme Ata de Aprovação de Contas de 2016.

Outras Variações de Capital

Em 30 de junho de 2017 as Outras Variações de Capital ascendiam a 70.307,85 Euros.

15. Outras Dívidas a pagar

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
PASSIVO CORRENTE		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	91.855,29	195.670,45
Outros	40.607,26	143.925,87
Outros credores	<u>46.719,17</u>	<u>25.638,36</u>
Outras dívidas a pagar	<u>179.181,72</u>	<u>365.234,68</u>

16. Financiamentos obtidos e locação financeira

Em 30 de junho de 2017 e 31 de Dezembro 2016 o detalhe da rubrica de Financiamentos obtidos era como se segue:

	<u>Instituição Financeira</u>	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Passivo corrente:			
Empréstimos bancários - 6 meses	Baco BIC	1.500.000,00	2.000.000,00
Conta Cauionada Anual	Santander	<u>2.500.000,00</u>	<u>1.000.000,00</u>
Total Financiamentos obtidos		<u>4.000.000,00</u>	<u>3.000.000,00</u>

Todos estes financiamentos são de prazo inferior a um ano sendo que, tanto o empréstimo de 6 meses como a conta caucionada, têm vindo a ser renovados no seu vencimento, respectivamente, seis meses e um ano.

17. Prestação de serviços

O montante das prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e de 30 de junho de 2016, é detalhado como segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Prestação Serviços Varios	1.956.081,70	1.969.141,99
Arrendamentos	26.489,78	60.316,80
Comissões	241.991,73	248.644,62
Descontos e Abatimentos	<u>(17.450,42)</u>	<u>(13.474,38)</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>2.207.112,79</u>	<u>2.264.629,03</u>

18. Subsídios à Exploração

Em 30 de junho de 2017 e comparativamente a 30 de junho 2016 a rúbrica de subsídios apresentava os seguintes valores:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Município de Cascais	<u>594.900,00</u>	<u>-</u>
	<u>594.900,00</u>	<u>-</u>

No decurso de 2017, foi reconhecido um montante de 325.000 euros do Contrato –Programa realizado com o Município de Cascais em dezembro de 2016.

19. Fornecimento e Serviços Externos

Em 30 de junho de 2017 e comparativamente a 30 de junho de 2016 as principais componentes desta rubrica são as seguintes:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Fornecimentos e serviços		
subcontratos	406.927,53	391.420,05
Trabalhos especializados	214.724,06	313.674,88
Honorários	32.670,00	23.325,42
Conservação e reparação	116.615,39	127.618,93
Energia e fluidos	113.041,48	121.635,48
Deslocação e estadas	12.570,72	7.408,29
Despesas de representação	5.117,93	4.592,77
Rendas e alugueres	28.243,09	23.910,96
Comunicação	33.503,73	25.997,42
Seguros	31.692,90	29.448,34
Limpeza, higiene e conforto	56.921,58	40.449,91
Outros	i) 885.535,37	222.696,37
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.937.563,78</u>	<u>1.332.178,82</u>

i) A rubrica de Outros engloba gastos inerentes ao Contrato-Programa com o Município de Cascais, e outras atividades, que totalizaram um montante de 594.900 Euros 2017.

20. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 30 de junho de 2017 e de 30 de junho de 2016, foram como segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	22.441,01	26.990,84
Pessoal	534.213,79	502.861,44
Indemnizações	19.188,00	3.250,00
Seguros	6.509,85	6.245,82
Outros	44.655,06	13.417,45
	<u>627.007,71</u>	<u>552.765,55</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	5.591,30	6.307,95
Pessoal	120.981,19	112.173,21
	<u>126.572,49</u>	<u>118.481,16</u>
Custos com o pessoal	<u>753.580,20</u>	<u>671.246,71</u>

21. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de Outros rendimentos, nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e de 30 de junho de 2016, é conforme se segue:

Outros rendimentos	30-06-2017	30-06-2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	153,14	
Rendimentos e ganhos em investimentos	31.352,50	69.240,69
Outros Rendimentos		
Correcções relativas a períodos anteriores	88.492,09	3.610,26
Indemnizações	514,50	2.905,00
Outros não especificados	112.144,83	868.856,58
Juros Obtidos		
Juros por execuções fiscais CMC	2.862,76	
Juros de acordos Valair	1.334,76	
Juros de PER Heliportugal	9.028,53	4.959,75
	245.883,11	949.572,28

O valor da rubrica “ outros rendimentos” teve um decréscimo acentuado, uma vez que em 2016 foi registado o proveito resultante de uma extinção de dívida no montante de 868.856,58 euros.

22. Outros gastos

A decomposição da rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e de 30 de junho de 2016 é conforme se segue:

	30-06-2017	30-06-2016
Impostos		
IMI	17.194,24	17.437,93
IVA	1.803,89	2.357,89
Imposto do selo	8.923,23	5.659,90
Imposto sobre transportes rodoviários	498,94	595,37
Taxas	5.243,55	63.970,28
Outros Gastos		
Correcções relativas a períodos anteriores	7.826,19	90.040,23
Donativos	200,00	379,95
Insuficiência da estimativa para impostos	1.079,42	5.198,83
Multas e outras penalidades	1.000,65	
Outros não especificados	746,68	8.986,31
Outros juros	47,81	27,67
	44.564,60	194.654,36

No ano de 2017, verificou-se um menor valor de gastos de exercícios anteriores não estimados.

23. Juros e outros gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016 são detalhados conforme se segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Juros de financiamentos bancários	25.327,98	24.612,30
	<u>25.327,98</u>	<u>24.612,30</u>

24. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21% que deverá ser incrementada no máximo em 1,5% pela derrama, de acordo com o artigo 14º da Lei das Finanças Locais.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2017 e 30 de Junho de 2016.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos os montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Reconciliação do imposto

Resultado antes de impostos	49.788,97
Taxa nominal de imposto	<u>21,0%</u>
Imposto esperado	10.455,68
Diferenças permanentes (i)	(17.711,02)
Ajustamentos à colecta (ii)	<u>8.795,98</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>1.540,64</u>
Imposto corrente	8.795,98
Imposto diferido do exercício	<u>(7.255,34)</u>
	<u>1.540,64</u>
Taxa efectiva	<u>3,09%</u>

(i) No exercício findo em 30 de junho de 2017, este montante tinha a seguinte composição:

Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido	-95.438,40
Gastos não devidamente documentados	798,90
Estimativa de Imposto	1.079,42
Correcções relativas a períodos anteriores	7.826,19
Multas	1.001,38
Outros	<u>394,31</u>
	(84.338,20)
Taxa nominal de imposto	<u>21,0%</u>
	<u>(17.711,02)</u>

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas e à derrama.

25. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e o Município de Cascais, em 30 de Junho de 2017 e 30 de Junho de 2016, são apresentados no quadro que segue:

Descrição	Empresa-mãe 30-06-2016	Empresa-mãe 31-12-2016
Prestações de serviços	79.354,63	318.732,00
Aquisição de Serviços		2.588,15

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2017 os honorários auferidos pelo revisor oficial de contas ascenderam a 6.933,76 euros.

- Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

- Data da autorização para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de Julho de 2017.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

RELATORIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras intercalares da Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, S.A. (a Entidade), as quais compreendem o balanço em 30 de junho de 2017, (que evidencia um total de 34.721.379,91 euros e um total de capital próprio 29.292.018,15 euros, incluindo um resultado líquido de 48.248,33 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras intercalares de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras intercalares isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras intercalares anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 – Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intercalares, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras intercalares é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagação e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras intercalares.

Bases para a conclusão com reservas

A análise efetuada à rubrica de clientes, revelou a existência de créditos, com antiguidade significativa, no montante global de 297.000 euros, que na sua maioria resultam da incorporação, em 2012, do património da ex – empresa municipal Arcascais, na Cascais Dinâmica. Apesar dos esforços que a Entidade tem empreendido no sentido de proceder à cobrança daqueles créditos, não nos é possível determinar o montante da eventual imparidade que deveria ter sido reconhecida.

Na sequência de ações de inspeção tributária realizadas em referência aos exercícios de 2006 a 2009, foram propostas pela Administração Fiscal correções, de valor global relevante, em sede de IRC, IVA e IRS, acrescidas dos respetivos juros compensatórios. A Entidade contestou os atos de liquidação e os juros compensatórios apresentados pela Administração Fiscal, não nos sendo possível prever o desfecho desta situação e, conseqüentemente, determinar o seu eventual impacto nas demonstrações financeiras.

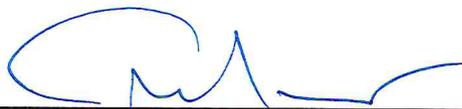
Conforme referido na nota 12 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade reconheceu como rédito o montante a receber do Município de Cascais, no âmbito de um contrato-programa, que teve a recusa de visto pelo Tribunal de Contas. Apesar de o Conselho de Administração da Entidade ter a expectativa de vir a receber o montante de 1.425.000 euros, reconhecido na rubrica “Devedores por acréscimo de proveitos”, não nos é possível prever o desfecho deste processo e o seu eventual impacto sobre as referidas demonstrações financeiras intercalares.

Conforme referido na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras a rubrica “Resultados Transitados” foi debitada pelo montante de 95.438 euros relativamente a serviços prestados pela NAV em 2015 e que deveriam ter sido reconhecidos como gastos do período.

Conclusão com reservas

Com base no trabalho efetuado, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas na secção “Bases para a conclusão com reservas”, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras intercalares anexas da Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, S.A., em 30 de junho de 2017, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Lisboa, 8 de agosto de 2017



MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro